

A DESCONSTRUÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE SOCIAL DO POBRE NO CONTEXTO DO ACUMULO DE CAPITAL E DA DESIGUALDADE SOCIAL A PARTIR DE GOIÂNIA

Vinicius Oliveira Seabra Guimaraes
Luiz Fernando de Oliveira
Sandra Guerra Mesquita

Resumo

O presente artigo tem como objetivo compreender as construções sociais do apontamento da cidade de Goiânia como uma das cidades com maior índice de desigualdade social do Brasil e do Mundo, conforme relatório da ONU-Habitat em 2010, tendo por resultado iminente a pobreza partilhada por um número considerável de pessoas que vivem nas periferias goianas. Entende-se que a pobreza e a desigualdade social são fatores constitutivos da figuração do pobre no contexto do Capitalismo contemporâneo. Indivíduos estes que perpassam da condição humana para o estado de objetos exploráveis dos donos de capital. Neste percurso, os pobres são marginalizados pela condição social-econômica, perdem o status de cidadania, são estereotipados a partir da criminalização, vivem gangorreando entre o desemprego e os subempregos, se tornam consumidores da filantropia do Terceiro Setor e os jovens pobres se sustentam numa desesperança da educação pública. Compreende-se, então, que existe uma historicidade destes sujeitos e sua representatividade na presente modernidade tardia.

Palavras-chave: Pobreza, Capitalismo, Desigualdade Social

Abstract

This article aims to understand the social constructions of the appointment of Goiânia as one of the cities with the highest levels of social inequality in Brazil and the world, as reported by UN - Habitat in 2010, with the impending result poverty shared by a considerable number of people living in the suburbs of Goiás. It is understood that poverty and social inequality are constitutive factors of figuration of the poor in the context of contemporary capitalism. These individuals that underlie the human condition for the state of exploitable objects of capital owners . In this way, the poor are marginalized by social - economic status, lose citizenship status , are stereotyped from criminalization, live balancing between unemployment and underemployment , become consumers of the Third Sector philanthropy and poor youth are supported in a hopelessness of public education. Then it is understood that there is a historicity of these subjects and their representation in this late modernity.

Keywords : Poverty , Capitalism, Social Inequality

A desigualdade social em Goiânia, um retrato da pauperização do Brasil

A temática da pobreza tem sido assunto de controversos debates nas últimas décadas, pois de um lado há os que entendem a pobreza como fruto de uma discrepância social que provoca desconexão conceitual no que tange a valores de cidadania, e, do outro lado tem-se os que julgam a pobreza como o estereótipo da sociedade contemporânea que resulta de uma seleção *natural* da força de trabalho oriunda do capitalismo. Trazendo a tona estes duelo de concepções, no dia 22 de Fevereiro de 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU), apresentou um relatório no Fórum Mundial de Habitação (Rio de Janeiro, Brasil), baseado no Índice Gini¹.

No citado relatório a cidade de Goiânia foi apontada como uma das quatro cidades com maior índice de desigualdade social do País e a 10^a com maior desigualdade na distribuição de renda no Mundo. Cecília MARTINEZ (*home page*), em publicação feita pela *Assembléia Legislativa do Estado de Goiás*, destacou que:

O estudo realizado não mede crescimento econômico e sim de desigualdades. É muito comum um local com grande desenvolvimento econômico apresentar por consequência aumento na desigualdade social (...) as cidades estão em constante movimento e devem acompanhar estas mudanças e oferecer condições e oportunidades à sua população. O que o relatório fez não foi medir se as cidades são melhores ou piores, e sim se estão sendo capazes de acompanhar suas mudanças dando oportunidades ao seu povo (...) os problemas do mundo estão se tornando estritamente urbanos e por isso a importância do estudo realizado pela ONU que permite acompanhar como as cidades estão evoluindo.

Desde a década de 1980 os estudiosos/pesquisadores vêm destacando um crescimento da cidade de Goiânia (Sergio MORAES, 1991), sentido Aparecida de Goiânia, o que provocou um crescimento populacional na região. Tal condição provoca o surgimento de extremos sociais, desproporcionalidade territorial e desigualdade social, conforme ponderado por MOYSÉS (2004), Lúcia MORAES (2003) e CHAVES (1985). Neste crescimento não planejado, os jovens em condição de pobreza são os principais reféns de um sistema pré-estabelecido, pois “eles entram num mundo já revirado, em que o trabalho precário e o desemprego já compõem um estado de coisas com o qual têm que lidar, e estruturam o solo de uma experiência em tudo diferente da geração anterior” (TELLES, 2006, p. 184).

A cidade de Goiânia foi historicamente se aculturando neste “novo” formato de distribuição de renda – que como denunciado pelo relatório da ONU-Habitat, não está sendo distribuído, mas sim acumulado por alguns. Por conseguinte, no outro extremo, estão sendo sucumbidos a pobreza, e suas variáveis socioeducacionais, um número considerável de pessoas na Capital Goiana, gerando a desigualdade social.

¹ O Índice Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, foi criado pelo matemático italiano Corrado Gini (1884-1965).

O ritmo de produção acelerada proposto pela Revolução Industrial (século XVIII e XIX), que ainda ganha evidência no cenário urbano contemporâneo, provoca uma antiga discussão sobre a desumanização do *homem social* (contraposição com *homo economicus*²) em prol do acúmulo de capital individual. Por isto, acrescenta TELLES (1996, p. 85):

...a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação.

No *Jornal Opção*, em 15 de Setembro de 2012, o pesquisador do tema da desigualdade social, o professor e cientista social Dijaci David de OLIVEIRA (*home page*), da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), comenta que:

Na verdade, a desigualdade social cresceu desde a década de 1970, quando não fez a distribuição das riquezas (...) O governo Lula corrige parte desse equívoco quando aposta nos programas de transferência de renda e em ações afirmativas (...) As empresas [*em Goiânia*] têm geralmente poucos empregados e são, em muitos casos, familiares. Os dividendos acabam distribuídos de forma doméstica (...) Os mais ricos poderiam distribuir melhor suas riquezas, têm margens de lucros imensas. Em vez disso, sonégam o que podem e concentram (riquezas) mais ainda, ao não pagar bem seus trabalhadores; como se não bastasse, ainda terceirizam o que for conveniente, precarizando as relações de trabalho (...) A transferência de renda não deve ser exclusividade do poder público – destaque do autor.

O jornalista Nelcivone MELO (*home page*), do *Diário de Goiás*, em 18 de Março de 2014, detalha estatisticamente sobre o acúmulo de riquezas em Goiânia, e explica que:

O índice de Gini é calculado por uma fórmula que compara os 20% mais pobres da população com os 20% mais ricos. Em Goiânia os 20% mais pobres detêm apenas 3,34% da riqueza e os 20% mais ricos 63,06% - dados de 2010 (...) Na minha opinião o melhor a ser feito é intensificar os investimento em educação construindo novas escolas e melhorando a qualidade do ensino em todos os níveis. Não basta erradicar o analfabetismo, é preciso também aumentar o tempo de permanência nas escolas e aumentar o tempo de escolaridade. É sabido que existe uma relação direta entre a escolaridade e a renda.

O professor João Batista de DEUS (*home page*), professor do Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), da Universidade Federal de Goiás (UFG), referindo-se aos dados apresentados pela ONU-Habitat, também defende que há uma relação estreita entre desigualdade social e nível educacional:

Como os adultos pobres que moram em Goiás, em geral, têm pouca qualificação profissional, é preciso, além das ações de governo que já visam reduzir essas discrepâncias, investir nas escolas. Temos de ter como meta salvar a geração seguinte e a educação é fundamental.

² O termo *homo economicus* pode ser entendido com a máxima: “as pessoas estão interessadas em ganhos financeiros, pura e simplesmente” (CHIAVENATO, 2004, p. 116). O termo foi criado no período do taylorismo (aproximadamente 1910), fruto final da Revolução Industrial, sendo confrontado posteriormente pelo conceito do *homo social* resultante da experiência de Hawthorne (aproximadamente 1930).

As causas da desigualdade social tem sua relação estreita entre educação e pobreza. Contudo, fazer desta questão uma panaceia social não constitui em ato revelador, nem consensual. Como propõem o sociólogo brasileiro SCHWARTZMAN (2004, p. 152), que após interpretar os resultados de um estudo Delphi³ com 50 especialistas e 32 autoridades educacionais, ponderou que:

Intuitivamente, pode parecer óbvio que, nas sociedades que podem proporcionar uma boa educação básica a todas as pessoas, existe mais igualdade de oportunidades. Há forte evidência de que as diferenças em educação são o principal correlato da desigualdade de renda, e que os países com pouca educação são, normalmente, os mais desiguais socialmente. No entanto, se não existe novas oportunidades de trabalho, a expansão da educação pode funcionar simplesmente como um mecanismo para distribuir os postos existentes de acordo com as credenciais educacionais dos candidatos, credenciais estas que dependem, por sua vez, do capital cultural e dos recursos financeiros dos estudantes e suas famílias. Uma oferta maior de oportunidades educacionais pode reduzir o valor das credenciais, mas não levaria, por si só, à criação de riqueza adicional.

As mudanças constantes no cenário econômico, educacional, social, político e cultural, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, estão se dando numa velocidade descompassada frente ao ritmo de crescimento/desenvolvimento da cidade de Goiânia – “distanciando” os ricos dos pobres, mas fazendo-os viverem no mesmo espaço geográfico. Tal realidade pode ter como hipótese *aceitável* o fato migratório, como defendido por Elder DIAS (*home page*) no *Jornal Opção* (citado anteriormente):

Goiânia é uma cidade atraente. Nas estatísticas, está entre as capitais já consideradas consolidadas — excetuam-se as de Estados que eram territórios ou criados recentemente, como Palmas, no Tocantins —, que mais atraem para si uma enorme população, boa parte de outros Estados. Esse contingente vem em busca de melhores condições de vida, cada um a seu modo. Mas não só de pobres se constitui essa massa: há também, por exemplo, executivos de grandes empresas e indústrias da região metropolitana e de outras cidades. O grande desenvolvimento do Estado nas últimas décadas possibilitou também esse outro tipo de fluxo migratório (...) Goiânia virou parada tanto para quem está em situação cômoda financeiramente como para gente que vem tentar a sorte.

Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, desenvolvida pelo IBGE), em 2009⁴, em termos absolutos, São Paulo é o Estado que mais recebeu imigrantes (535 mil), seguido de Minas Gerais (288 mil), Goiás (264 mil), Bahia e Paraná (ambos com 203 mil novos imigrantes). Entretanto, no que tange ao Índice de Eficácia Migratória, Goiás é o maior entre todos os Estados da Federação, com 0,32 – este Índice é a diferença entre a quantidade de pessoas que entraram no Estado (imigrantes) e as que saíram (emigrantes).

³ Estudo Delphi é foi usada pela primeira vez pela Instituição RAND nos anos 50 para ajudar a força aérea dos EUA a identificar a capacidade que os soviéticos tinham para destruir alvos estratégicos americanos. Delphi é uma metodologia científica que permite analisar dados qualitativos.

⁴ A pesquisa completa está disponível na *home page* do IBGE, especificamente no link que segue: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>

Portanto, Goiás é o Estado com maior percentual no saldo líquido migratório - sendo que São Paulo apresentou um Índice de (-) 0,05, e Minas Gerais 0,02.

Agravando este discurso, pensando especificamente no lado que personifica os imigrantes pobres em Goiânia, o jornalista Jackson Abrão, no *Jornal Bom Dia Goiás*⁵, exibido em 21 de Março de 2014, acrescenta que o perfil migratório (dos pobres) para Goiânia é basicamente de pessoas com baixa renda, baixa qualificação e baixo nível educacional. Elementos estes que potencialmente impelem pessoas para a criminalidade. Na reportagem de Alfredo JUNQUEIRA, publicada pelo *Estadão*, em 20 de Março de 2010, registra a mesma preocupação:

Na avaliação do coordenador do relatório e diretor do Centro de Estudos e Monitoramentos das Cidades do Programa da ONU para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), o mexicano Eduardo Lopez Moreno, existe vínculo direto entre desigualdade e criminalidade.

Segundo um estudo feito pela *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, com o título: “Avanço da criminalidade nos centros urbanos: análise das causas da violência e falta de segurança em Goiânia”, escrito por Fernanda Bueno PENHA, Carolini Bueno Penha e Josimar Gonçalves da Silva, apresentam as seguintes estatísticas e considerações sobre a criminalidade na Capital Goiana:

O tráfico de drogas, crimes relacionados a acerto de contas e ao consumo de álcool são os principais motivos que levam a capital goiana a ocupar o 17º lugar no ranking de números absolutos das cidades mais violentas, com taxa de homicídio de 44,3 casos por 100 mil habitantes (...) Pobreza, precariedade de condições de vida, desigualdade social e densidade populacional costumam ser apontados como possíveis causas para a violência. Com base no exposto, a cidade de Goiânia está sujeita a ocorrência maior do crime de homicídio, considerando o aumento da população em área sem infra-estrutura...

É necessário reiterar, como defendido por TELLES (2006), que não se faça o juízo preconcebido de uma criminalização da pobreza. Sendo imprescindível que se analise todas as variáveis histórico-culturais que fomentam a criminalidade urbana e seus desdobramentos de territorialidade. Igualmente, no que tange a pobreza, é mister que se compreenda os fatores de impelem as pessoas a um estado de ausência/recessão do capital, comumente denominado de pobreza.

A criminalização da pobreza fez o pobre ter que coexistir com o drama ideológico das representações de classes sociais, suplantando-o cotidianamente as hierarquias simbólicas e paradigmáticas da presente ordem capitalista. Como afirma TELLES (2001, p. 82, 83):

⁵ A reportagem completa está disponível na *home page* da TV Anhanguera, especificamente no link que se segue: <<http://globotv.globo.com/tv-anhanguera-go/bom-dia-go/v/jackson-abrao-comenta-o-alto-indice-de-desigualdade-social-em-goiania/3228434/>>.

...o pobre é aquele que tem que provar o tempo todo, se fazer ver e reconhecer a si próprio e à sociedade a sua própria respeitabilidade num mundo em que os salários insuficientes, a moradia precária, o subemprego e o desemprego periódico solapam suas condições de possibilidade (...) constroem a figura do ‘pobre porém honesto’...

Neste viés, o pobre se vê numa luta constante de desmitologizar a criminalização de si mesmo, e, ter que *demonstrar* que a legitimação do crime não se restringe às periferias, mas antes de qualquer fato é um desarranjo do homem contemporâneo. Por esta razão, os pobres, por serem rotulados de criminosos, se tornam vítimas fáceis da *violência policial* (termo aqui empregado para designar não apenas a agressão física, mas incluindo a agressão moral, verbal e outras formas de opressão), que intencionalmente ou não, contribuem para o desrespeito dos direitos humanos e o distanciamento do acesso à justiça.

A história brasileira é recheada de exemplos que desnudam o pré-conceito policial e má utilização do poder/autoridade bélica contra os desafortunados, como propõem CALDEIRA (2000) ao analisar a violência, o crime, o medo e a segregação social na cidade de São Paulo. E como endossa PREGER *apud* SOUZA (2010, p. 23):

Em nome do ‘combate ao crime organizado’, diariamente, favelas e subúrbios das grandes cidades brasileiras são invadidos por forças policiais para intimidação da população trabalhadora dessas localidades. Para que elas jamaisousem se organizar para defender seus direitos.

Entrelaçar e condicionar a criminalidade ao estado de pobreza é minimizar os reais problemas estruturais da sociedade que mantem o atual sistema capitalista. Então, criminalidade não é uma questão exclusiva de classe social. Reafirmando tal preocupação, as autoras Juliana Daibert e Ana Lúcia Rodrigues *apud* Paulo César BONI (2011) afirma que as grandes mídias fortalecem o estereótipo de pobreza-criminalidade, o que reforça as hierarquias já estabelecidas e sedimenta um consenso em torna da temática. A mídia funciona como um mantenedor do estereótipo da criminalização da pobreza, como explica JARA (2001, p. 73):

A mídia é um instrumento do livre mercado à proporção que seduz e fabrica desejos que estimulam ao consumo. Cria, na audiência, uma hipnose coletiva – invasão cultural -, explorando a fundo os instintos da vaidade humana. Quase sempre informa desinformando, seja apresentando uma imagem distorcida da realidade ou minimizando seu significado, construindo sentidos que não correspondem à realidade. Assim, persuade e instala na mente das pessoas valores utilitaristas que moderm comportamentos e dominam as relações sociais...

O chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social, Jefferson Coelho LOPES (*home page*), representante do prefeito de Goiânia, Paulo Garcia, apresentou um defesa frente ao relatório da ONU-Habitat, contra argumentando que: “...acredito que nos próximos anos, se continuarmos no mesmo caminho, Goiânia estará como uma das melhores

idades em termos de desigualdade social. Estamos combatendo a fome e a pobreza, e isto irá mudar esta realidade, comentou”.

As (des)construções histórico-sociais da pobreza no Brasil

A pobreza é uma realidade nas periferias urbanas, não somente em Goiânia, e tal mazela torna visível à incapacidade humana de interagir socialmente tendo em vista o bem coletivo, provocando a marginalidade. Neste viés, sem as devidas análises históricas-antropológicas, “os pobres são identificados com o banditismo, o crime, a prostituição, a mendicância e outros fenômenos da patologia social, constituindo a classe perigosa” (LAPA, 2008, p. 18). Problemáticas estas que suscitam uma releitura histórica da figuração da pobreza como paisagem, natureza (SUSSEKIND, 1990) (TELLES, 1993) (TELLES, 1998) (FELTRAN, 2005). Então, as comunidades em estado de vulnerabilidade social tem recebido uma nova reconstrução na cosmovisão pós-moderna, como aponta MARTINS (1997, p. 20):

No Brasil, políticas econômicas atuais, que poderiam chamar-se neoliberais, acabam por provocar, não políticas de exclusão e, sim, políticas de *inclusão precária e marginal*, ou seja, incluem pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital.

Neste sentido, os meios de produção industrial e as instituições educacionais fomentam uma falsa acessibilidade humanística/social que acoberta a real exclusão dos pobres, que são usados apenas como força motriz do *mais-valia*⁶ de Marx. É imprescindível, portanto, definir o termo pobreza e sua relação existencial. Contudo, é notório que não há uma única vertente conceitual possível, pois a figuração do pobre pode agregar percepções/análise diferentes, a partir do campo teórico que se está propondo, bem como de qual referencial histórico se está vivendo. Sendo assim, por definição, a pobreza agrega valor de subjetividade, multidimensional. O que não a torna intangível, nem não perceptível. Por esta razão é elementar que se abalize a pobreza com base nos valores do modelo capitalista de economia e política presentes no Brasil, tornando possível mensurar o estado de pobreza.

O Grande Dicionário Unificado da Língua Portuguesa (RIOS, 2010) define pobre como aquele que “não tem o necessário à vida. Cujas posses são inferiores à sua posição ou condição social. (...) Pouco produtivo. Mal dotado, pouco favorecido. (...) Miserável, indigente, mendigo, pedinte (...)”. O fator de subjetividade intrínseco a pobreza atrelado à formatação proativa dos fatores econômicos fornece, então, uma radiografia reveladora sobre quem é o sujeito pobre na contemporaneidade. Algo próximo ao que LAVINAS (2003, p. 29)

⁶ O termo *mais-valia* foi utilizado por Karl MARX (1818-1883) para demonstrar a injustiça/desigualdade capitalística de condicionar os trabalhadores a produzir excessivamente e estes não partilharem dos lucros deste labor – tal pressuposição é a base para o acúmulo de capital, como Marx afirma: “a valorização do capital, isto é, apropriar-se de trabalho excedente, produzir mais-valia, lucro” (MARX, 1974, p. 289).

conceitua: “ser pobre é ter, portanto, sua humanidade ameaçada, seja pela não satisfação de necessidade básicas (fisiológicas e outras), seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios em prol da satisfação de tais necessidades”.

Neste contexto de desumanização do sujeito em condição de pobreza é que se perde a condição de cidadania por si só, sendo estes indivíduos rebaixados à inferioridade de porcos (referência ao documentário “Ilha das Flores”, dirigido por Jorge Furtado, 1989, produzido por Casa de Cinema de Porto Alegre), constituindo uma *comunidade de excluídos*⁷. Lembrando que a concepção de pobreza, condicionada pelos princípios do capitalismo moderno, que desfigura o sujeito como ser social não surgiu sem causa, sem historicidade, sem intencionalidade.

O termo “pobre” vem do latim *pauper* e tinha inicialmente ligação com elementos agrícolas (terras e gados) que não tinha capacidade produtiva adequada. Com o passar dos tempos, fruto da industrialização e urbanização, o termo “pobre” fora agregado à condição humana, representando o empobrecimento dos trabalhadores, desigualdades sociais, privação material, disjunção de perspectivas de futuro e inexistência de políticas públicas efetivas (TELLES, 2001). Então, ser pobre, para os padrões desta modernidade tardia, significa a perda da cidadania e suas representatividades sociais.

Outra (des)construção social que se faz necessário para compreender o cenário brasileiro (e goiano) atual é de perscrutar sobre a pobreza e o desemprego como estruturas intencionais do Capitalismo. E, ao contrário do que se julga ser a naturalidade da vida contemporânea, o desemprego é uma estratégia intencional que funciona como agente regulador dos salários dos trabalhadores, mantendo os valores sempre baixos e ajustados as oscilações dos ciclos econômicos (TELLES, 2001).

Karl Max chamava isto de “exército de reserva do proletariado”, movimento intencional das classes dominantes (donos do capital) que fazia (e faz) surgir filas enormes de pessoas desempregadas dispostas a trabalhar sem levar em consideração as condições. A consequência disto são salários baixos e condições trabalhistas sucateadas. Como endossa HARVEY (2005, p. 111): “Esse exército de reserva ajuda a reduzir os salários e a controlar os movimentos da classe trabalhadora...”.

Os trabalhadores pobres além de terem que se submeter a salários irrisórios devido ao medo do desemprego latente e iminente, também tem que conviver com a insegurança/instabilidade do emprego atual. Fato este que também não é sem causa (historicidade), pois como adverte TELLES (2001, p. 98):

⁷ A utilização da expressão *comunidade de excluídos* se deve pelo fato deste grupo estar às margens da evolução acadêmica, distantes das manifestações culturais e por apresentar uma lentidão no processo de melhoria na qualidade de vida.

...são trabalhadores que transitam entre empresas diferentes, que permanecem muito pouco tempo nos empregos que conseguem, que tem, por isso mesmo, pouca chance de se fixar em profissões ou ocupações definidas e que estão sempre, real o virtualmente, tangenciando o mercado informal...

Por esta razão, assim como na Revolução Industrial, o trabalhador se fragmenta – perdendo a capacidade de visão global sobre os processos e relações sociais; não se estabelece como sujeito do conhecimento – perdendo a noção de continuidade e representatividade das ações desenvolvidas; e, não se firma numa carreira/profissão – perdendo a habilidade de pensar como agente social estruturado numa sociedade, se tornando apenas reprodutor mecanicista de etapas produtivas (superespecialização do operário, como proposto por F. W. Taylor em 1910, teoria conhecida como Administração Científica). Como adverte DEMO (2002, p. 4, 6): “os pobres excluídos aumentam, já não são funcionais ao sistema produtivo, vivem a angústia existencial da desqualificação (...) esperar que o capitalismo aceite assistir a todos os pobres é uma banalidade comprometedora”.

A imprevisibilidade empregatícia e os limiares do desemprego forçam o surgimento de uma nova força de trabalho, ocupada essencialmente pelos pobres, chamada pomposamente por terceirização, subcontratações e trabalhos temporários. Atividades estas que apresenta uma certa *flexibilidade* nas normas contratuais permitindo que a classe paupérrima seja *inserida*, precariamente e sem garantias/direitos, no mercado de trabalho. Desta maneira estes desafortunados podem fugir, temporariamente, do estereótipo da criminalidade, vadiagem, delinquência e ociosidade. Como reitera FERNANDES E VALENÇA (2004, p. 61):

...terceirização e subcontratações fazem parte do quadro de reestruturação produtiva que vem cada vez mais caracterizando o Brasil a partir dos anos 90. (...) Ao lado disto, avança a precarização das condições de trabalho, com o inevitável aumento da taxa de informalidade...

As (des)construções sociais dos pobres ainda tem que subsistir com mais um conflito social, a saber, a gestão filantrópica da pobreza, essencialmente praticada pelo Terceiro Setor (organizações não governamentais, filantrópicas, sociais e religiosas, entre outras). O problema origina-se da premissa que a pobreza deveria gerar indignação moral, porém tem gerado compaixão. Sendo que tal realidade é fruto da ausência da função crítica sobre igualdade, liberdade e justiça – atributos intrínsecos ao Poder Público, que no caso do Brasil optou por omitir-se ou *terceirizar* tal responsabilidade, caracterizando notoriamente uma política neoliberal. Destas omissões públicas surgem, intencionalmente, o campo da assistência social, que na crítica de TELLES (2001, p. 26):

...objetivo não é elevar condições de vida mas minorizar a desgraça e ajudar a sobreviver na miséria. (...) A justiça se torna em caridade e os direitos, em ajuda a que o indivíduo tem acesso não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído.

A omissão pública do discurso sobre a pobreza fez o Terceiro Setor ganhar destaque. Contudo, “essa nova forma de gestão social terminam também por descaracterizar a própria noção de cidadania e direitos: a cidadania passa a ser entendida como participação comunitária e no lugar de sujeitos de direito, entra em cena a figura do usuário de serviços” (TELLES, 2001, p. 161).

O grande problema que circunvizinha esta temática é que o fato de alguém receber algo o torna devedor para com este que está doando, criando uma relação de dependência e subjugação – termos distantes da proposta de cidadania. E, para agravar tal cenário, ainda há os que usam a filantropia como caminho eleitoreiro de corrupção e exploração da pobreza, criando uma cadeia de reféns do sistema que deveria promover a igualdade, liberdade e justiça.

A crítica acerca da gestão filantrópica da pobreza não é um discurso contra as instituições filantrópicas por si mesmas, pois estas são resultados da política praticada no Brasil, política esta que transparece o neoliberalismo como forma principal de gestão, bem como a manutenção da pobreza velada e maquiada. O núcleo da problemática reside na omissão do Governo que deveria oportunizar melhorias na qualidade de vida para o cidadão.

A gestão filantrópica da pobreza enfatiza a crítica proposta pelo documentário “A história das coisas” (escrito por Annie Leonard e dirigido por Louis Fox, 2007), onde desnuda que o Governo já se rendeu as empresas privadas e, então, defende os interesses do capital, não da sociedade. Por esta razão, a gestão filantrópica da pobreza não é uma iniciativa particular do Segundo Setor (Empresas Privadas), mas antes de qualquer coisa é uma ação intencional do Primeiro Setor (Governo).

A partir destes empasses da constitutividade do pobre como sujeito social, que pouco a pouco, foi perdendo seus significados, símbolos e simbolismos, os jovens pobres emerge como vítima central deste processo, perdendo a sua representatividade histórica. Contudo, são estas juventudes pobres que (re)acende a discussão sobre a escolarização como fomentadora do construto sócio-cognitivo e sua relação (des)construída junto ao Capitalismo. Como destaca DUARTE (2012, p. 201, 202, 203):

Os jovens e suas famílias depositam na escola a convicção de que ela poderá organizar o pensamento dos educandos a partir das demandas de sua realidade e de seu tempo, proporcionando-lhe a possibilidade de compreensão e intervenção de forma prática e objetiva, principalmente por meio do trabalho (...) A pobreza, a miséria e a origem social continuam sendo fatores estruturantes no processo de exclusão dos jovens dos setores populares das escolas.

A pobreza é, por si só, um limitador da juventude urbana. Ainda que o termo juventude seja relativamente recente, traz consigo um compêndio de herança histórico-cultural da modernidade industrializada. O jovem seria a etapa intermediária que antecede a capacidade produtiva dos indivíduos, sendo que o elo integrador desta recém força de trabalho seria a escolarização. Os desafios para a juventude pobre brasileira (e goiana) são de proporções gigantescas, como endossa LIBANIO (2004, p. 39):

A juventude é uma construção social. Uma minoria absorve o poder, a riqueza. A maioria encontra-se numa situação de marginalização e subordinação, tanto por causa da idade quanto de sua classe popular, sexo e de outras limitações.

Entender as interações social, culturais, econômicas, urbanísticas, trabalhista, entre outras formas constituidoras das vivências, é essencial para desnudar os conflitos e soluções a partir de um novo olhar, um olhar jovem – desforme por causa da transitoriedade do estado de jovem, mas contemporâneo e alinhado com as causas do presente.

Compreende-se que a juventude pobre no Brasil, como forma de representação social, veio a existir somente no final do século XX, pois na fase de adolescência, ou até mesmo na infância propriamente dita, havia uma obrigatoriedade da inserção no trabalho. Trabalho este, que devido às especificações da época histórica e o estado de evolução das políticas públicas/educacionais, não ofereceria perspectivas de futuro, mas tornavam estes indivíduos úteis para a forma existencial urbana-capitalista. O que ocorria, então, era uma *adultização* precoce, ignorando (sufocando) o estágio de juventude como forma representativa do ser social.

As juventudes brasileiras apresentam uma forte descrença nos instrumentos estatais (leis, políticas, entre outras), sendo, portanto, o Estado co-responsável pelo desinteresse dos jovens na educação. Como pondera DUARTE (2012, p. 194):

Observam-se, nos sistemas educacionais brasileiros, mecanismos sutis de exclusão dos jovens da escola, garantidos por um complexo discurso que preconiza a democratização da escola para todos, mas, na verdade, a poucos reserva a continuidade e o sucesso escolar.

Os jovens pobres vivenciam em suas vidas diárias uma dissociação entre os temas abordados em classe e as perspectivas reais de futuro – discrepância esta que é resultante da constitutividade da vida moderna, urbana e capitalista. Por isto, a fim de não endossar o *analfabetismo funcional*⁸ em solos tupiniquins, é preciso que se redescubra “uma educação que caiba na vida do jovem” (SEGOVIA, 2009, p. 188).

⁸ O termo *analfabetismo funcional* refere-se àquelas pessoas que aprenderam a decodificar a linguagem escrita de forma muito rudimentar e, então, não conseguiram desenvolver a habilidade de interpretação de texto, tem dificuldades com leitura e construção de redação.

Os jovens estudantes das periferias são, pouco a pouco, marginalizados e submetidos ao subproduto do capital: desigualdade, exploração, violência, exclusão, etc. O próprio fato dos jovens desejarem o ingresso na vida adulta, por meio do trabalho, descortina variáveis sociais que precisam ser analisadas, como destaca SCHWARTZMAN (2004, p. 11):

Ao contrário do que muitas vezes se supõe, o trabalho infanto-juvenil não parece ser, na maioria dos casos, uma forma de completar a renda das famílias, e sim um comportamento que se desenvolve pela má qualidade do sistema educacional, que tem grandes dificuldades de reter os jovens a partir da adolescência

Para se compreender os jovens pobres nas cidades brasileiras, especialmente os da região centro-oeste, público objeto da presente pesquisa, há que se partir da noção de distinção de se viver esse tempo de vida de acordo com as condições sociais, ou seja, compreender que a condição juvenil não se dá da mesma forma em grupos sociais distintos, sendo fortemente marcada pela classe e pelos espaços sociais nos quais os agentes estão inseridos. Ser jovem pobre, residente nos bairros periféricos, é muito diferente de ser jovem pertencente aos segmentos das classes medias e altas da sociedade.

A juventude é representada historicamente como um Período de Latência, ou seja, é imprescindível a internalização da diferença de tempo entre o início da juventude e o momento em que seus efeitos tornam-se perceptíveis na sociedade. Os jovens dos setores populares, ao terem que dar conta precocemente dos aspectos produtivos que compõem a própria existência, são impedidos de viver integralmente esse tempo de preparação para a vida adulta e, de forma paradoxal, são excluídos da formação exigidas pelas novas demandas do mundo urbano, inclusive na relação com o mundo do trabalho (DUARTE, 2012).

Por fim, após salientar as várias problemáticas que orbitam sobre a pobreza, em Goiânia e no Brasil. E, após destacar seus efeitos intencionais de desconstrução da representatividade histórica-social destes *sujeitos periféricos*. Fica notório que o resultado palpável é a desigualdade social e o acúmulo de capital. Portanto, se faz necessário enfatizar o questionamento de HARVEY (2005): Será que é possível se chegar a uma forma de organização social que garanta uma distribuição justa do produto social entre capital e trabalho, uma organização que também dê, ao trabalhador oportunidades de educação e progresso pessoal? Como podem ser reconciliados esses interesses opostos?

Deste o relatório da ONU-Habitat até o presente momento se passaram quatro anos (2010-2014), e a discussão continua distante de uma resolução prática no campo da cidadania. Então, enquanto o Poder Público se omite, ou se rende aos donos do capital, só se ouve

sussurros individuais pelas periferias de Goiânia (e do Brasil), como a do Rapper⁹ Goiano, Dener Cordeiro de Paula¹⁰ (“Renedy”, nome artístico), que escreve na música “reflexão”, as seguintes provocações:

Você se importa com coisas inúteis, | E às vezes não vê, | Perde o próprio raciocínio,
| Sem perceber. | Ajuda um desconhecido, | A ganhar milhões na TV, | Se
esquecendo que várias famílias | Não tem o que comer. | Por quê? Nossa mente, | É
tão fácil de se perder, | (...) | Mas não, ser humano, | Quer aumentar seu cachê, |
Agride seus princípios | Pra tentar se desenvolver. | (...) | Mas a questão é que a paz
sem justiça é ilusão. | (...) Faça você mesmo, sua própria reflexão.

Referências Bibliográficas

- BONI, Paulo César (org). **Fotografia: múltiplos olhares**. Londrina: Midiograf, 2011.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CHAVES, Elza Guedes. **De Invasor a Possesiro: Estado-Igreja e a Luta pela Terra Urbana**. 1985. 67 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1985.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração** – Edição Compacta. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- DEMO, Pedro. **Charme da Exclusão Social**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2002.
- DEUS, João Batista de. **Goiânia é 10ª mais desigual no mundo**. Disponível em <<http://www.ascom.ufg.br/pages/13084-goiania-e-10-mais-desigual-no-mundo>> Acesso em: 27 de Março de 2014.
- DIAS, Elder. **Os extremos se encontram em Goiânia**. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/os-extremos-se-encontram-em-goiania>> Acesso em: 26 de Março de 2014.
- DUARTE, Aldimar Jacinto. **A educação Escolar e os Processos de Enfrentamento da Realidade Urbana por Jovens da Periferia**. Revista Educativa. PUC GO, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 191-206, jul./dez. 2012.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a Política na Periferia: Histórias de Movimentos Sociais em São Paulo**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- JARA, Carlos Julio. **As Dimensões Intangíveis do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2001.
- JUNQUEIRA, Alfredo. **Goiânia é a cidade mais desigual do Brasil**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,goiania-e-a-cidade-mais-desigual-do-brasil,526930,0.htm>> Acesso em : 26 de Março de 2014.

⁹ O Rap é um discurso rítmico com rimas e poesia, surgido na Jamaica nos anos 60 e popularizada pelos negros de periferia dos estados Unidos no final do século XX. A linguagem do Rap é demasiadamente difundida entre as classes pobres e serve como instrumento de crítica e reflexão.

¹⁰ Dener Cordeiro de Paula é aluno da UNIP em Goiânia (Go), no curso de Administração. Para conhecer mais o trabalho musical dele acesse: <https://soundcloud.com/renedy10>

- LAPA, José Roberto do Amaral. **Os Excluídos: Contribuição à História da Pobreza no Brasil**. São Paulo: Editora da UniCamp, 2008.
- LAVINAS, Leda. **Pobreza e Exclusão: Traduções Regionais de duas Categorias Práticas**. Revista Econômica. Niterói: UFF, vol. 4, n° 1, pp. 25-59, 2003.
- LIBANIO, J. B. **Jovens em tempos de pós-modernidade: considerações socioculturais e pastorais**. São Paulo: Loyola, 2004.
- LOPES, Jefferson Coelho. **Desigualdade social**. Disponível em: < <http://algo.jusbrasil.com.br/noticias/2185679/desigualdade-social>> Acesso em: 26 de Março de 2014.
- MARTINEZ, Cecília. **Desigualdade Social**. Disponível em: <<http://algo.jusbrasil.com.br/noticias/2185679/desigualdade-social>> Acesso em: 26 de Março de 2014.
- MARTINS, José de Souza Martins. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. 3. ed. São Paulo: Paulos, 1997.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MELO, Nelcivone. **Goiânia, o índice de Gini e a desigualdade social**. Disponível em: <<http://diariodegoias.com.br/opiniaio/5368-goiania-o-indice-de-gini-e-a-desigualdade-social>> Acesso em: 26 de Março de 2014.
- MORAES, Lucia Maria. **A Segregação Planejada: Goiânia, Brasília e Palmas**. Goiânia: Editora da UCG, 2003.
- MORAES, Sérgio. **O Empreendedor Imobiliário e o Estado: O Processo de Expansão de Goiânia em Direção Sul (1975-1985)**. 1991. 112 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 1991.
- MOYSÉS, Aristides. **Goiânia, Metrópole não Planejada**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.
- OLIVEIRA, Dijaci David de. **Os extremos se encontram em Goiânia**. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/os-extremos-se-encontram-em-goiania>> Acesso em: 26 de Março de 2014.
- PENHA, Fernanda Bueno. Et al. **Avanço Da Criminalidade Nos Centros Urbanos: Análise Das Causas Da Violência E Falta De Segurança Em Goiânia**. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/resumos/resumos/3652.htm>> Acesso: 27 de Março de 2014.
- RIOS, Dermival Ribeiro. **Grande Dicionário Unificado da Língua Portuguesa**. São Paulo: DCI, 2010.
- SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- SEGOVIA, Diego *et alii*. **Sociedades sul-americanas: o que dizem jovens e adultos sobre as juventudes**. Rio de Janeiro: IBASE; São Paulo: PÓLIS, 2009.
- SOUZA, Luís Antônio Francisco de. **Sociologia da Violência e do Controle Social**. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2010.
- SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é Longe Daqui: o Narrador, a Viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TELLES, Vera da Silva e CABANES, Robert (org). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006.
- TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: Afinal, de Que se Trata?** Revista USP. São Paulo: USP, n° 37, pp. 34-45, mar./maio 1998.
- TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: USP, 2001.
- TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania: Dilemas do Brasil Contemporâneo**. Caderno CRH. Salvador: UFBA, vol. 6, n° 19, pp. 8-21, jul./dez. 1993.

TELLES, Vera da Silva. **Questão Social: afinal do que se trata?** São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, pp. 85-95, out./dez. 1996.